

A DEMOCRACIA CRISTÃ EM
PORTUGAL: CASAMENTOS DE
CONVENIÊNCIA E FILHOS PRÓDIGOS

THE CHRISTIAN DEMOCRACY
IN PORTUGAL: CONVENIENCE
MARRIAGES AND PRODIGAL SONS

LUIS ANDRADE DOS SANTOS

Universidad Santo Tomás de Chile

RESUMO. Crónica abreviada da história da democracia cristã em Portugal, muito marcada pelos episódios da sua relação com a Igreja Católica e com as forças políticas e sociais que pretendeu antagonizar. Encerrada num dilema perene quanto à melhor forma de cumprir os seus desígnios constitucionais, se de movimento social ou político-partidário, a democracia cristã portuguesa exibirá uma grande variedade de perspectivas sobre o seu próprio ideário, consoante o contexto e as exigências postas à sua sobrevivência. Cativa da sua própria ambiguidade e ambição política, mais que uma

vez deixará a sua definição e o seu destino nas mãos dos seus mais carismáticos líderes, que a conduzirão de ofuscantes casos a obscuros ocasos.

PALABRAS CLAVE. Democracia. Cristã. Salazar. Portugal. Europa.

ABSTRACT. Abbreviated chronicle of the history of Christian Democracy in Portugal, much marked by the episodes of its relationship with the Catholic Church and with the political and social forces it was wished to antagonize. Locked up in a perennial dilemma about how best to fulfill its constitutional designs, as social or political-partisan movement, the Portuguese Christian Democracy will come to display a wide variety of perspectives on its own ideals, depending on the context and on the demands for its survival. Captive of its own ambiguity and political ambition, more than once will it leave its definition and its fate in the hands of its most charismatic leaders, who will lead it from flaring affairs to obscuring decays.

KEY WORDS. Christian. Democracy. Salazar. Portugal. Europe.

1. Nota Introdutória

Figuram, nas páginas que se seguem, alguns marcos que têm pautado o percurso da democracia cristã na vida política e social de Portugal, desde o último quartel do século XIX até ao momento presente. Trajecto assaz sincopado e sinuoso mas que, por certo, não surpreenderá o leitor. Ideologia e religião são duas forças que impelem as sociedades do mundo, mas com motricidade assimétrica e divergente: atreladas ao mesmo corpo político-social mantêm-no em movimento constante mas sem que progrida sustentadamente na direcção perseguida por alguma delas. Em Portugal como em qualquer outra parte do mundo.

Por estas linhas espero ter deixado claro que o texto ora introduzido será uma crónica comentada e não um artigo científico: sem embargo, apoiar-se-á na investigação produzida sobre o tema. Nela é de destacar o contributo do Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz¹ para o mapeamento histórico e político da democracia cristã em Portugal, imprescindível para a compreensão das determinantes sociais e dos fundamentos ideológicos do salazarismo, regime que protagonizou a política portuguesa de 1933 a 1974. A objectividade científica de que revestiu a sua investigação –sendo ele um confesso democrata-cristão– assim como a sua laboriosa exaustividade, ambas tornam uma boa parte de qualquer análise da democracia cristã portuguesa uma mera visita guiada pelo seu trabalho académico. O presente artigo não é excepção.

1. Manuel António Garcia Braga da Cruz, Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique (Tadim –Braga–, 1949) é licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa e em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Gregoriana de Roma, Doutoramento em Sociologia Política pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Aprovado em provas públicas para Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em 1994. Professor Ordinário Convidado na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, desde 1992. Director do Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Humanas (1994-1997), Director Adjunto e Coordenador da área de Ciências da Comunicação desta Faculdade, desde 1999. Membro da direcção do Instituto de Estudos Políticos (desde 1997) e professor do Mestrado de Teoria e Ciência Política (desde 1997). Director do Instituto Integrado de Apoio à Investigação Científica da Universidade Católica Portuguesa (1993-2000). Nomeado Reitor da Universidade Católica Portuguesa em 19 de Setembro de 2000, tendo sido investido no cargo em 12 de Outubro. Reconduzido por um ulterior mandato em 17 de Agosto de 2004, tomou posse em de Outubro do mesmo ano. Sócio correspondente da Academia Portuguesa de História (desde 1991). Membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (desde 1994) e membro da sua Direcção (1998-2001). Presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política (1998-2001). Membro da Academia de Ciências. Membro da Comissão Nacional Justiça e Paz (entre 1993 e 2002). Presidente do Conselho de Avaliação do Ensino Universitário Privado e membro do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (1999-2000). Membro do Conselho Consultivo do Ensino Superior (desde 2003). Desempenhou as funções de Reitor da Universidade Católica entre 2000 e 2012.

2. Do Antiliberalismo ao Anti-Socialismo

A democracia cristã é uma designação que soa familiar aos que vivemos numa realidade de separação estado e Igreja. A designação começa a ser empregue precisamente nos primeiros anos após a Revolução Francesa, para designar a um encaixe que poderia ter a Igreja Católica no novo paradigma político da soberania popular e das formas de governação mais ou menos democráticas que dele emergiram.

Por grande parte do séc. XIX, este encaixe foi visto por Roma e pela maioria do clero como impossível: o liberalismo revolucionário foi mesmo declarado uma heresia atentatória da fé e, portanto, pecado mortal *ex genere suo* (Sardá i Salvany, 1887). Ao mesmo tempo, outros católicos –que se chamaram a si próprios de católicos liberais– pretenderam tornar a democracia segura para a religião através de uma apropriada cristianização das massas que também serviria para o propósito reverso: naquele tempo, uma democracia de cidadãos tementes a Deus teria muito mais hipóteses de ser melhor sucedida que uma de súbditos seculares. Outros intelectuais católicos esperaram manter os povos alinhados através das instituições católicas, nomeadamente o Papado, o qual era visto pelo escritor francês Joseph de Maistre como parte do sistema de equilíbrios à escala europeia (Müller, 2014).

Em Portugal, as duas posições tomaram armas e a digladiaram-se na sangrenta guerra civil de 1828-1834. Esse conflito, que opôs os liberais partidários de D. Pedro –que se havia feito coroar imperador do Brasil que declarou independente de Portugal em 1822– e os de D. Miguel –que sequentemente havia sido aclamado rei legítimo, contra as disposições sucessórias deixadas pelo seu irmão– foi visto pelos governos liberais da Europa como o primeiro grande combate militar pela primazia ideológica no continente².

2. A *Quádrupla Aliança* foi firmada em Londres a 22 de Abril de 1834 entre os governos de Guilherme IV de Inglaterra, Luís Filipe de França, D. Pedro IV de Portugal (regente em nome de sua filha D. Maria II) e a regente de Espanha D. Maria Cristina de Bourbon, com o intuito de implantar regimes liberais em Portugal e Espanha. Esta aliança traduziu-se no financiamento, armamento, treino e equipagem de tropas e meios navais que intervieram na guerra civil portuguesa primeiro e na

Caladas as armas e voltando Portugal à sua esquecida posição de país decadente e sem motivos de interesse para além das suas cobichadas colónias, nem por isso deixaram de ali reverberar os ecos das grandes discussões sobre que tipo de oposição deveriam os católicos mover ante o avanço do anticlericalismo na Europa. Não que em Portugal o anticlericalismo fosse coisa recente; pela segunda metade do séc. XIX cumpria já um século de existência intermitente, desde que o Marquês de Pombal expulsara a Companhia de Jesus. No entanto, é sobretudo a partir de 1861 que esse anticlericalismo transpira da coroa e do governo para impregnar a opinião colectiva ou, mais correctamente, o pensamento dos que manipulavam a opinião colectiva.

A chamada «questão italiana» e as deliberações do Concílio Vaticano I, articuladas com a crise social e política simbolizada pela Comuna e a III República Francesa levaram a mais um empolamento da «questão religiosa», isto é, da sujeição ou não-sujeição da Igreja aos estados; e, em resposta, da contra-ofensiva doutrinal neotomista. É neste contexto que em Portugal nasce a Associação Católica (1872) liderada pelo conde de Samodães, facto que aliado ao crescente regresso de ordens religiosas ao país, lançou inquietação entre os meios políticos mais fiéis à tradição anti congreganista do liberalismo português (Catroga, 1988).

O que o primeiro «associativismo católico» visava, mais que reivindicar os seus próprios direitos civis de associação, expressão e informação – frutos da revolução liberal – era a recuperação de uma hegemonia perdida, não só ao nível material, em que a Igreja se sentia lesada pela reforma eclesiástica liberal antimonástica³, mas so-

I Guerra Carlista depois, tendo decididamente contribuído para a vitória das causas liberais em ambos os casos.

3. Quatro dias apenas após a rendição das forças miguelistas em Évora Monte, o Ministro da Justiça do governo liberal de D. Pedro IV, Joaquim António de Aguiar, alcunhado de «o Mata-Frades», fez publicar o *Decreto de Extinção das Ordens Religiosas*. Por esse diploma, foram declarados extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares (art. 1º), sendo os seus bens secularizados e incorporados à Fazenda Nacional (art. 2º), à ex-

bretudo ao nível das instâncias produtoras de ideologia⁴, a escola, a imprensa e, finalmente, a família (Cruz, 1978).

A Igreja como «organização clerical» cede progressivamente lugar, tal como observa Antonio Gramsci, à Igreja «comunidade de fiéis». Cedo chegará à conclusão de que necessita de aliar-se com os protagonistas da «nova ordem» e de movimentar-se no quadro político institucional da revolução burguesa (Cruz, 1978). O ano de 1894 tornar-se á um marco significativo dessa nova aliança, com a intervenção conciliadora dos bispos na Câmara dos Pares, reconhecendo as autoridades estabelecidas e lamentando o envolvimento do clero na guerra civil pelo lado miguelista. Segundo Braga da Cruz, esse ano marca o fim da primeira de três fases que pautam o crescimento inicial da democracia cristã em Portugal e que começou em 1843, data de criação da Sociedade Católica para a evangelização e recristianização do país, seguida de outras associações congéneres, sobretudo depois da década de 70; chama-lhe a fase do «associativismo católico antiliberal», em que as atenções se centram no liberalismo e na intervenção pública dos católicos, discutindo-se a liceidade e oportunidade da constituição de um partido católico. A segunda fase chamá-la-á de «sindicalismo católico anti-socialista» e da intervenção estritamente social, não indo todavia além do assistencialismo e mutualismo, essencialmente reactivos e premonitórios. É o período que decorre entre o lançamento dos primeiros círculos de operários católicos em 1898, até á implantação da república em 1910. A terceira e última fase ocorrerá em plena república e pautar-se-á por intervenção e expressão política organizada, culminando em 1917 com a criação do Centro Católico Português. É também nesta fase que o processo de corporização da democracia cristã se irá acentuar (Cruz, 1978).

cepção dos vasos sagrados e paramentos que seriam entregues aos ordinários das dioceses (art. 3º).

4. Braga da Cruz menciona a expressão «instâncias produtoras de ideologia» que o autor do presente texto considera desadequada para definir os canais pelos quais a Igreja difundia a sua acção evangélica nesta altura. Só depois da Igreja ter perdido o domínio sobre estes canais, serviram eles para a transmissão de ideologia.

3. O Movimento Social Católico e o Salazarismo

A conflitualidade social que em Portugal ia resultando do desenvolvimento do capitalismo de finais séc. XIX determinou a progressiva prioridade da «questão social» sobre a «questão religiosa» entre as preocupações dos católicos; e da sociedade civil sobre a sociedade política, entre os cenários de debate dessas preocupações. A consciência crescente de que não deveria ser tanto um «partido» mas sim um «movimento social» a privilegiar na luta pela reposição da hegemonia da Igreja, revela a percepção por parte da mesma Igreja de que, na formação social portuguesa de então, a disputa do poder político se fazia menos no terreno parlamentar que ao nível das massas (Cruz, 1978a).

A génese da democracia cristã em Portugal é, pois, essencialmente reaccionária; utilizada pela Igreja para a defesa dos seus interesses e privilégios, caracteriza-se pelos antagonismos que estabeleceu, muito mais do que pela afirmação positiva do seu ideário político e social. Desta visão instrumental da democracia, passar-se-á progressivamente à conceptualização de uma alternativa de conteúdo próprio de acento marcadamente corporativo.

Depois de algumas experiências prévias pouco enraizadas⁵, um movimento social católico integrado «por operários» e não só dirigido «para operários», surgirá apenas como o lançamento dos Centros Católicos Operários, o primeiro dos quais será fundado no Porto, a 9 de Junho de 1898. No auge da sua expansão, em 1907, estima-se entre 10.000 e 12.000 o número de operários inscritos na totalidade dos CCO, dispersos desde Viana do Castelo até Setúbal, passando pelo Centro e Interior, ainda que essencialmente nos centros urbanos (Cruz, 1978a).

5. Já desde 1878 haviam sido criadas um par de organizações sociais católicas, as chamadas Associações Protectoras de Operários. Exclusivamente assistencialistas e mutualistas, nunca tiveram muita adesão de associados nem representação geográfica para além de Lisboa e Setúbal.

Além dos CCO, o combate político dos católicos faz-se também por meio de uma imprensa renovada e aumentada desde o virar do século, contando com seis jornais diários, os mais importantes dos quais o *A Palavra* do Porto e o *Portugal* em Lisboa, além de vinte e um semanários, entre os quais se destacam o *Grito do Povo* (órgão da CCO do Porto), o *Democracia Christã* e o *Associação Operária* de Lisboa, o *A Folha* de Viseu e o *A Restauração* de Guimarães. Merece também menção a publicação *Estudos Sociaes* editada pelo Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra desde 1905 (Volovitch, 1982).

O CADC de Coimbra, fundado em 1901, foi o primeiro dos centros católicos universitários e o de maior projecção em Portugal, criados à imagem dos «Círculos de Estudos» franceses dinamizados por León Harmel e em Itália por Giuseppe Toniolo. Como eles se caracterizará, a partir do inicial impulso reactivo –propaganda a favor das ordens religiosas e apoio à imprensa católica– por ser um espaço de acolhimento da democracia cristã definida na esteira da doutrina pontifícia e, muito particularmente, de duas encíclicas fundamentais de Papa Leão XIII, a *Rerum Novarum* de 1891 e a *Graves de Communi* de 1901 (Brites, 2007). É por meio do periódico *O Imparcial*, lançado pelo CADC de Coimbra a partir de 1912, um ano depois de ser interrompida a publicação revista *Estudos Sociaes*, que Salazar começa a ser conhecido pelo seu pensamento político, em colaborações mantidas enquanto estudante da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Com o então Padre Manuel Cerejeira⁶, seu mais íntimo amigo e ao tempo cursando Teologia e leccionando Ciências Histórico-Geográficas na Faculdade de Letras, chegariam não só a dirigir *O Imparcial* mas também o próprio CADC de Coimbra.

António de Oliveira Salazar nasce em 1889 na aldeia de Vi-meiro, no concelho rural de Santa Comba Dão. É no seio católico da

6. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, (Lousado –V.N. de Famalicão, 1888– Amadora, 1977) seria nomeado Patriarca de Lisboa a 18 de Novembro de 1929 e criado Cardeal pelo Papa Pio XI a 6 de Dezembro do mesmo ano, ao mesmo tempo que o Cardeal Pacelli, futuro Papa Pio XII.

sua família –à qual manterá o mais profundo arraigo– no seminário que frequenta em Viseu e, mais tarde, também na academia de Coimbra que é educado e politicamente moldado. Enquanto em Portugal se assistia a uma conturbada instauração da república⁷, Salazar lia pensadores que eram defensores de uma doutrina católica o/ou monárquica, sendo que estes viriam a revelar-se uma forte e declarada influência na sua orientação comportamental e na sua actividade comunicacional. Autores como François-René de La Tour du Pin, Frédéric Le Play, Charles Maurras e os portugueses António Correia de Oliveira e Carlos Malheiro Dias, tiveram uma influência fundamental na evolução e na afirmação intelectual de Salazar (Campina, 2014).

Convém matizar que a perspectiva de democracia que é partilhada este conjunto de autores, limitada e instrumental, irá ser tendencialmente aplicada à programática difundida pela democracia cristã primitiva em Portugal. Trata-se de uma aliança oportunista celebrada com uma democracia «à medida», empregue apologeticamente mas sem se associar ao exercício parlamentar republicano, dominado então pelo anticlericalismo da legislação discutida e produzida. Assim o atesta esta passagem: «O fim a que devem tender os esforços dos reformadores e sociólogos cristãos é converter ao cristianismo a democracia, ou as massas democráticas, privadas da influência salutar da religião pelo liberalismo ateu e revolucionário. É, em breves palavras, tornar cristãos todos os democratas, não tornar democratas todos os cristãos. O contrário seria inverter os termos e converter em meios os fins. A democracia, no caso, é uma circunstância meramente accidental, que pouco ou nada tem que ver com a acção a desenvolver pelos católicos»⁸.

7. A I República Portuguesa foi instaurada a 5 de Outubro de 1910, por meio de uma revolta militar apoiada por um levantamento popular na cidade de Lisboa e durará até ao golpe de estado de 28 de Maio de 1926, quando se inicia a ditadura militar que levará Salazar ao poder dois anos mais tarde –regime designado de II República ou, como melhor é conhecido, Estado Novo.

8. *A Voz de Santo António*, 5.º ano, 8.ª série, núm 4 (abril de 1899), *apud* CRUZ, «As Origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo (I)».

É portanto sob esta perspectiva que é fundado, em 1917, o Centro Católico Português (CCP) o partido católico da I República que, por razão da sua natureza declaradamente religiosa, teve muitos apoiantes na elite da Igreja⁹. O seu programa inscrevia princípios e objectivos políticos religiosos e sociais, tendo desenvolvido uma identidade partidária autónoma, afastando-se ideologicamente da oposição monárquica e dos conservadores (Campina, 2014). Tendo-se aproximado deste movimento, a contragosto Salazar é candidatado e eleito, pelo CCP, deputado pelo círculo de Guimarães nas eleições de 10 de Julho de 1921. Nas suas próprias palavras, «não era um soldado-modelo entre os democratas-cristãos, mas um soldado obediente»¹⁰. A retórica estéril do parlamento republicano desconcertava-o, no entanto. Não suportará o opróbrio mais que um dia.

Além da pouca estima pela actividade parlamentar e partidária, Salazar perfilhava muitos outros valores doutrinários e até uma certa estética política com o Integralismo Lusitano, o movimento monárquico de inspiração tradicionalista, cuja figura de proa era António Sardinha. Do trilema integralista *Deus-Pátria-Rei* sacrificará Salazar o elemento monárquico e substitui-lo-á pelo seu atávico conservadorismo, plasmado no órgão social da Família, igualmente cara para os integralistas. No entanto, o organicismo integralista e o corporativismo em particular virão a ser importados pelo Estado Novo salazarista com a mesma circunspecção com que importou os valores políticos da democracia cristã: o democratismo republicano que o Estado Novo pretendeu aparentar acabou por perverter a «pureza» do nacionalismo corporativista. O salazarismo viria a ser um «pseudo-corporativismo» e uma «pseudo-democracia»: o primeiro porque Salazar subalternizou o corporativismo ao princípio democrático e o segundo porque o sufrágio eleitoralista foi neutralizado

9. O Papa Bento XV, na sua carta aos prelados portugueses de 18 de Dezembro de 1919, concede o apoio pontifício à criação do Centro Católico Português.

10. Frase proferida por Salazar em conferência realizada no CADC de Coimbra, em 8 de Dezembro de 1912, *apud* CRUZ, «As Origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo (I)».

por um regime de partido único, já que a tal se reduzia, de facto, a União Nacional (Cruz, 1982).

A força gravitacional do Estado Novo salazarista acabaria, pois, por atrair ambas as suas principais fontes doutrinárias ao seu núcleo, fundi-las e excretar os restos. O Integralismo Lusitano, depois de atraídos vários dos seus membros a incorporar as filas do aparelho burocrático do regime, é empurrado a radicalizar-se numa derivada tendência nacional-sindicalista, perseguido e silenciado até se extinguir; tal como o CCP, que durante a «inversão fascizante» da democracia cristã e a demolição dos valores políticos democráticos promovida por Salazar será votado, como todos os outros partidos, à dissolução e à proibição (Cruz, 1978).

Assim, anulada que foi a iniciativa política da democracia cristã, registou-se então um regresso à acção social marcadamente assistencialista que a havia caracterizado no virar do século: se então protagonizada pelos CCO, sê-lo-ia agora pela Liga Operária Católica (LOC). Em 1933, ao mesmo tempo que o Estado Novo era blindado juridicamente por uma nova constituição aprovada por plebiscito¹¹, o combate ao anticlericalismo republicano, movido pelos bispos portugueses desde o Concílio Plenário Português de 1926, passava a ter um aliado no poder político e a ter via aberta para a concretização, também em Portugal, da visão de Pio XI para o seu pontificado, a Acção Católica. A Acção Católica Portuguesa (ACP) seria composta por vários movimentos especializados, dos quais se notabilizou a LOC, destinada aos operários que nos meios urbanos ou industriais ganhavam a sua vida fora das profissões liberais. Segundo a definição da própria LOC, o movimento tinha por desígnio difundir a doutrina social da Igreja e auxiliar os operários adultos a «descobrirem o alto sentido da sua dignidade de filhos de Deus, compenetrando-

11. O plebiscito foi realizado em 19 de Março de 1933 em cumprimento de decreto-lei aprovado em 5 de Maio de 1932, pelo qual se tornava obrigatória a participação dos «chefes-de-família» recenseados nesse ano. Sendo obrigatório o voto, as abstenções tinham efeito sancionatório –foi graças a essa astúcia que Salazar conseguiu, além de aprovar a constituição, legitimar o Estado Novo apesar da soma dos votos contra e das abstenções ter sido superior à dos votos a favor.

os do valor do seu trabalho como conducente ao seu destino eterno». A partir da década de 60, a LOC viria a tornar-se num dos protagonistas da vaga de oposição católica, debateria mais abertamente a questão social e o corporativismo português e deixaria de caucionar a realidade sociopolítica do salazarismo (Duarte, 2007).

4. Uma Revolução em Roma e Outra no Rossio

O contexto pós-1945, não obstante a predominância continuada da «componente nacionalista» do catolicismo português, assistiu ao aparecimento de um sector católico dissidente para o qual a Igreja «exerceria uma função de consciência crítica para levar a cabo a sua função evangelizadora». Estes desenvolvimentos reflectiram-se na divisão dos católicos, em 1958, a propósito do caso do bispo do Porto¹² (Simpson, 2014). Também a crescente tensão nas relações entre o estado português e a Santa Sé que foram suscitadas, a partir da independência da União Indiana, pelo apoio concedido por Roma às pretensões indianas numa série de conflitos com os interesses defendidos por Portugal¹³, reforçou a perspectiva de que a adesão da Igreja

12. Durante a campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 1958 e depois de 28 leigos terem publicado artigos no jornal *Novidades*, órgão da Igreja, a protestar contra a parcialidade do acto, também o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes escreveu uma missiva a Salazar. Na dita carta, o bispo exige para os católicos a libertar de organizarem politicamente, à margem da doutrina oficial, para os comícios futuros. Esta iniciativa e o conteúdo da carta que transpirou para o conhecimento público, custaram ao bispo um prolongado exílio.

13. O governo indiano levantara objecções ao Padroado Português do Oriente logo após a independência em 1947 mas as primeiras dissonâncias entre Lisboa e Roma começarão verdadeiramente no ano seguinte, com a nomeação de um arcebispo indiano para a arquidiocese de Bombaim. Em 1953, o Papa cria Cardeal o Arcebispo de Bombaim em detrimento do Patriarca de Goa. Finalmente, em 1964, apenas 3 anos após a invasão dos territórios da Índia Portuguesa por tropas da União Indiana, o Papa Paulo VI visita Bombaim e só não entra em Goa por pressão do Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, por instâncias de Salazar que ameaçou denunciar a concordata assinada com a Santa Sé, em 1940 (CRUZ, 1996).

à visão política do salazarismo começava a apresentar fissuras demasiado visíveis para o tandem Salazar-Cerejeira as conseguirem ocultar.

Mas é com o concílio Vaticano II que essas fissuras se alargam irreparavelmente: as encíclicas mais modernistas dos papas João XXIII e Paulo VI exibem um contraste embaraçoso com as políticas salazaristas, ainda que o episcopado português resista a alterar a sua relação institucional com o estado português e a associar-se a qualquer iniciativa católica passível de causar agitação política. Sem embargo, o clero mais jovem formado no impulso conciliar e incentivado pela sua leitura progressista do *aggiornamento*, lança-se numa sucessão de conflitos com as autoridades eclesiásticas (Simpson, 2014). O seu exemplo será seguido, no campo político, por vários oposicionistas católicos, através de produção clandestina de informação como o jornal *Direito à Informação* e de alguns artigos publicados na revista *O Tempo e o Modo*; da criação das cooperativas culturais *Pragma* e *Confronto* e ainda de diversas mobilizações, destacando-se as chamadas *Vigílias pela Paz*, realizadas em Lisboa, na Igreja de S. Domingos e na Capela do Rato, em protesto pela continuação da Guerra Colonial.

O activismo democrata-cristão não se viria a consubstanciar em quaisquer partidos políticos senão depois da revolução de 25 de Abril de 1974 que terminou com o Estado Novo. O primeiro foi o Partido da Democracia Cristã (PDC) fundado por um dos militares sublevados, o Major José Sanches Osório: suspenso da actividade política por conotação com a extrema-direita e por ter manifestado apoio ao General Spínola aquando da sua tentativa de golpe de 28 de Setembro de 2004, estaria em alegada violação da Constituição da República após a sua aprovação em 1976, por razão do seu nome e símbolo¹⁴. Ainda assim e talvez pela sua fraca expressão eleitoral –nunca chegou

14. O núm.3 do Artigo 51 da Constituição da República Portuguesa estipula que «Os partidos políticos não podem, sem prejuízo da filosofia ou ideologia inspiradora do seu programa, usar denominação que contenha expressões directamente relacionadas com quaisquer religiões ou igrejas, bem como emblemas confundíveis com símbolos nacionais ou religiosos».

a 1,5% dos votos em nenhuma eleição— permaneceria activo até 2004. Seria no entanto o Centro Democrático Social (CDS), criado a 19 de Julho de 1974, o que viria a ter expressão eleitoral, ininterrupta representação parlamentar e mesmo participação em quatro elencos governativos, em coligação com outros partidos, nomeadamente o Partido Social-Democrata (PSD) e Partido Socialista (PS).

A declaração de princípios do CDS é um exercício de compromisso e ambiguidade que reflecte os difíceis primeiros tempos do partido¹⁵; por isso mesmo formalizará a versão político-partidária da democracia cristã portuguesa mais afirmativa e a que mais se aproximou dos equilíbrios económicos e sociais preconizados pela doutrina social da Igreja —ainda que como nunca de tenha demarcado da Igreja e vice-versa. Numa altura em que declarar-se de direitas era confissão de «fascismo», o CDS concentrava apoio da direita mas declarava-se do centro; defendia a economia de mercado mas pugnava por um «planeamento aberto participado e flexível»; reconhecia a propriedade privada mas exigindo «que o Estado intervenha decididamente nos mecanismos de acesso à propriedade e de distribuição de riqueza»; propunha a «consagração em Portugal do humanismo personalista» mas não aceitando que «as responsabilidades dos corpos intermédios sejam anuladas ou iludidas por falta de estímulo ou protecção». Será, sem embargo, o único partido com assento parlamentar a votar contra o texto da constituição de 1976, de acento marcadamente socialista.

Combalido pela perda do seu co-fundador e mais dinâmico líder político, Adelino Amaro da Costa —morto no atentado perpetrado a 4 de Dezembro de 1980 que também vitimou o então Primeiro-Ministro social-democrata Francisco Sá Carneiro— o CDS entrou num processo de declínio que o manteria fora do governo por vinte anos (de 1982 a 2002). Em 1992 e mais tarde em 1997, uma nova geração

15. No primeiro congresso do CDS, realizado a 25 de Janeiro de 1975 no Porto, os participantes foram cercados e ameaçados de morte por um numeroso grupo de apoiantes da extrema-esquerda. Apesar do tumulto, o congresso prosseguiu e terminou com a aprovação dos estatutos e dos corpos directivos.

tomará as rédeas do partido: primeiro, o ex-líder da Juventude Centrista, Manuel Monteiro, conduzirá o partido para um trajecto de conservadorismo eurocético; para depois o ex-director do semanário *Independente*, Paulo Portas, vir retomar o fervor europeísta e reacender retórica democrata-cristã, abstendo-se de esta viesse a ter qualquer resultado prático e visível, sobretudo quando o CDS se encontrou no poder. Tal como a introdução do programa do partido vaticinaria em 1993: «O que os portugueses hoje discutem, querem saber e precisam, é muito diferente hoje do que era há 17 anos [...]. Já não há necessidade de um discurso ideológico mas tem nova pertinência o combate de valores numa vida política dominada por agentes tecnocráticos e conceitos de moral».

O alargamento descontrolado da União Europeia e a implantação da moeda única com insuficiente estruturação e ancoragem na realidade política e económico-financeira, conduziram a Europa à chamada «crise das dívidas soberanas» que é acima de tudo, uma crise de confiança nas instituições europeias e dos estados-membros uns nos outros. No auge dessa crise, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, comandados pela Alemanha, impuseram a Portugal um duro castigo para o seu povo, submetido à usura pelos anos de erros e corrupção dos seus governantes. Na Alemanha como em Portugal, a arvorada democracia cristã de verdugos e suas vítimas teve uma oportunidade de ouro para se reinventar depois da crise financeira: poderiam ter levantado outra vez os seus velhos ideais de uma economia em que a unidade moralmente relevante é um grupo social com legítimos interesses e não um indivíduo orientado para a maximização do seu lucro particular (Müller, 2014). Foi uma oportunidade perdida, no entanto; até porque as políticas de austeridade, tão caras aos líderes democratas-cristãos da Europa como a chanceler alemã Angela Merkel, o recém-eleito Presidente da Comissão Europeia, o luxemburguês Jean-Claude Juncker ou o Vice-Primeiro-Ministro português Paulo Portas, estão sobretudo a atingir e dizimar a própria base social de apoio da democracia cristã: as classes médias.

5. Epílogo ou Talvez Mesmo Epitáfio

Depois de décadas como a força política dominante na Europa, os democratas-cristãos defrontam-se com uma perspectiva de declínio. Para muitos, a minguagem do seu apoio popular deve atribuir-se à secularização. E é verdade que, desde os anos 60 e do concílio Vaticano II, as igrejas se têm vindo a esvaziar pelo continente; mas, no fundo, foram os partidos democratas-cristãos, por si próprios, que começaram a insistir em que bastaria que se subscrevesse ideais humanistas para se ser um bom democrata-cristão. E assim, o verdadeiro problema para a democracia cristã levantou-se com o triunfo do mesmo modelo político que a mesma tem promovido desde os anos 50 (Müller, 2014).

Fatalmente será a mesma falta de vertebralidade da democracia cristã, que lhe permitiu sobreviver em várias situações hostis, aliando-se àqueles que nasceu para combater, que acabará por ditar o seu fim quando, depois de tanto mimetismo, já não se puder distinguir dos seus oponentes em contexto de democracia partidocrática¹⁶. Se virar à esquerda não se diferenciará da social-democracia; se virar à direita será confundida por liberalismo ou conservadorismo; se se voltar para a Igreja Católica faltar-lhe-ão os votos dos protestantes e dos humanistas agnósticos... além de que a própria Igreja Católica lhe negará qualquer apoio público, por estar quase tão dependente de popularidade como os partidos políticos.

À democracia cristã de hoje nada mais resta que os seus líderes: é possível, mesmo provável, que não lhes sobreviva.

¹⁶ A consolidação deste tema recomenda a leitura do artigo de Dalmacio NEGRO «La democracia partidocrática: ideologías e instituciones», *Verbo* (Madrid), núm. 517-518 (2013), págs. 603-621.

6. Bibliografia

BRITES, Joana, «Construir a História: a Sede do CADC de Coimbra», en *Lusitânia Sacra* (Lisboa), 2.ª Série, 19-20 (2007), págs. 121-169.

CAMPINA, Ana Claudia Carvalho, *António de Oliveira Salazar: Discurso político e «retórica» dos Direitos Humanos*. http://books.google.pt/books?id=z3RGAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false; Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, 2014, Colección Vitor.

CATROGA, Fernando, «O Laicismo e a Questão Religiosa em Portugal (1865-1911)», en *Análise Social* (Lisboa), Vol. XXIV, núm. 100 (1.º de 1988), págs. 211-273.

CRUZ, Manuel Braga da, «As Origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo (I)», en *Análise Social* (Lisboa), Vol. XIV, núm. 54 (2.º de 1978), págs. 265-278.

– «As Origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo (II)», en *Análise Social* (Lisboa), Vol. XIV, núm. 55 (1978a), págs. 525-607.

– «O Integralismo Lusitano nas Origens do Salazarismo», en *Análise Social* (Lisboa), Vol. XVIII, núm. 70 (1.º de 1982), págs. 137-182.

– «A Igreja na Transição Democrática Portuguesa», en *Lusitânia Sacra* (Lisboa), 2.ª Série, 8-9, (1996), págs. 519-536.

DUARTE, Sandra, «A Liga Operária Católica: em Defesa da Conceção Corporativa da Doutrina Social da Igreja (1949-1974)», en *Lusitânia Sacra* (Lisboa), 2.ª Série, 19-20 (2007), págs. 195-216.

MÜLLER, Jan-Werne, «The End of Christian Democracy», en *Foreign Affairs* (15 de Julho de 2014). Web 23 de Out. 2014. <<http://www.foreignaffairs.com/articles/141638/jan-werner-mueller/the-end-of-christian-democracy>>.

SARDÁ Y SALVANY, Félix, *El liberalismo es pecado* (versão original), Barcelona, 1887. *O Liberalismo é Pecado* (versão Brasileira), São Paulo, Companhia Editora Panorama, 1949.

SIMPSON, Duncan, *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, Lisboa, Edições 70, 2014.

VOLOVITCH, Marie-Christine, «As Organizações Católicas Perante o Movimento Operário em Portugal (1900-1912)», en *Análise Social* (Lisboa), Vol. XVIII, núm. 72-73-74 (3º,4º,5º de 1982), págs. 1197-1210.